

Margarida confirma lista de verbas do Congresso

A ex-ministra da Ação Social Margarida Procópio confirmou ontem, em depoimento à CPI do Orçamento, a existência de listas preparadas por integrantes da Comissão de Orçamento do

Congresso com as entidades escolhidas para receber verbas de subvenção social. O depoimento da ex-ministra é a primeira confirmação obtida pela CPI sobre a existência dessas listas, que por si só garantiam a liberação das subvenções, embora não tivessem valor oficial e fossem preparadas pelos integrantes da máfia instalada na Comissão de Orçamento à revelia dos outros parlamentares.

Em seu depoimento, Margarida Procópio disse que a liberação das subvenções, por meio das listas da Comissão de Orçamento, já era uma praxe no Governo quando ela assumiu o Ministério da Ação Social. Segundo declarou à CPI, a ex-ministra tomou conhecimento da prática por informações da ex-coordenadora de Orçamento e Finanças do ministério, Yolanda Brasil, que foi apontada pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos como um dos contatos no Governo do esquema de desvio das subvenções montado pelo deputado João Alves (sem partido-BA).

Prática — Margarida disse à CPI não ter certeza sobre qual era o parlamentar responsável pelo envio ao Ministério da Ação Social das listas, que não mencionavam os nomes dos deputados e senadores interessados nas liberações das subvenções para as entidades incluídas nas relações. “Eu autorizava a libe-

ração porque fui informada de que era uma prática tradicional”, afirmou. A CPI tem informações de que o deputado João Alves era o responsável pelas listas.

Em seu depoimento, a ex-ministra demonstrou, várias vezes, que não tinha um controle das liberações de subvenções feitas pelo Ministério da Ação Social. Ela declarou-se surpreendida com o fato da prefeitura de Itarantim (BA) ter sido contemplada em julho de 1991 com uma subvenção no valor de US\$ 2,6 milhões, que, em parte, foi parar nas contas bancárias do doleiro Trajano Tristão de Macedo e de Maria Lúcia, empregada doméstica do deputado João Alves. “Sempre achei os valores de subvenções muito altos e estranhava a forma pelas quais eram liberadas, mas fico supresa com esse volume”, limitou-se a dizer a ex-ministra.

Descontrole — Ela atribuiu o descontrole às deficiências do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), órgão responsável pelo registro das entidades aptas a receber as subvenções. “O CNSS tinha problema de toda qualidade”, reconheceu Margarida. “Nem os seus próprios membros (entre os quais já figurou José Carlos Alves dos Santos) atuavam mais”. A ex-ministra admitiu ainda que os critérios de distribuição das subvenções sempre foram muito falhos e não soube explicar como as entidades controladas pelo deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) na Baixada Fluminense conseguiram receber nos últimos cinco anos US\$ 15 milhões, mesmo tendo cometido diversas irregularidades e fraudes em suas prestações de contas.

Margarida Procópio aproveitou também para devolver aos ex-secretários nacionais de Habitação, Ramon Arnús, e Saneamento, Walter Annichino, a responsabilidade pelo superfaturamento de obras do Ministério da Ação Social.

Raimundo Paccó



Geddel soltou o choro ao perceber que não havia provas contra si

CORRUPÇÃO